

X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

INVESTIGAR, AVALIAR, DESCENTRALIZAR

Bragança, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico
30 de Abril e 1 e 2 de Maio de 2009

Organização dos docentes do Departamento de Ciências da Educação da
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança:

Henrique da Costa Ferreira
Carla Isabel Pedroso Lima
Francisco Cordeiro Alves
Graça Margarida Santos
Sofia Marisa Bergano

Agradecimentos

- Àqueles que fizeram o Congresso

- Conferencistas
- Participantes em Mesas Redondas
- Participantes em Mesas de Comunicações
- Participantes nos trabalhos
- Membros da Comissão Organizadora
- Membros da Comissão Científica
- Membros da Comissão de Honra
- Serviços de Imagem do Instituto Politécnico de Bragança

- Àqueles que suportaram institucionalmente o Congresso

- Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação
- Instituto Politécnico e suas três escolas centrais (Educação, Tecnologia e Gestão e Agrária)
- Conselho Nacional de Educação
- Agência Nacional para a Qualidade
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Inspeção Geral de Educação
- Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Governo Civil de Bragança
- Câmara Municipal de Bragança

- Àqueles que também contribuíram financeiramente para a realização do Congresso:

- Governo Civil de Bragança
- Câmara Municipal de Bragança
- Porto Editora
- Câmara Municipal de Mirandela
- Caixa Geral de Depósitos
- Câmara Municipal de Miranda do Douro
- Hotel Turismo S. Lázaro
- Delegação Sub-Regional de Turismo

Dedicatória

Dedicamos este trabalho a todos os que acreditam que a partilha e a discussão de experiências, de experimentações e de conhecimentos é uma fonte de enriquecimento pessoal, social e profissional e um ponto de partida para novas viagens na experiência, na experimentação, no conhecimento e na acção.

COMISSÃO DE HONRA

- Presidente do Instituto Politécnico de Bragança
- Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Ministra da Educação
- Presidente do Conselho Nacional de Educação
- Inspector Geral de Educação
- Governador Civil de Bragança
- Presidente da Câmara Municipal de Bragança
- Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE)
- Ex-Presidentes da SPCE
- Presidente do Conselho das Escolas
- Representante do Departamento de Ciências da Educação – Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

COMISSÃO CIENTÍFICA

- Almerindo Janela Afonso
- Amélia Lopes
- Ana Paula Caetano
- Fernando Gonçalves
- Francisco Cordeiro Alves
- Henrique Costa Ferreira
- Joaquim de Azevedo
- José Alberto Correia
- José Augusto Pacheco
- José Brites Ferreira
- Jesus Maria de Sousa
- Nilza Costa

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Carla Pedroso Lima
- Francisco Cordeiro Alves
- Graça Margarida Santos
- Henrique Costa Ferreira
- Sofia Marisa Bergano

SECRETARIADO

- Emília Ferreira
- Fernando Vilela
- Olga Padrão
- Paulo Costa
- Rogério Carvalho
- Sandra Madeira

Índice

- Enquadramento teórico-conceitual	9
- Nota de apresentação	10
- Programa	11
- Resumos das Conferências	13
- Conferência nº 1 – Conhecimento e acção pública em educação: da governação do sistema à governação das escolas	15
- Conferência nº 2 – La evaluación de instituciones educativas o el camino hacia la mejora	17
- Conferência nº 3 – Novos olhares sobre a educação: temas, problemas e desafios	21
- Resumos das intervenções nas mesas redondas	23
- Mesa nº 1 – Práticas de avaliação das escolas	25
- Mesa nº 2 – Educação e investigação em educação em Portugal, no Brasil e em Espanha	27
- Mesa nº 3 – A Formação Profissional e o Programa Novas Oportunidades	31
- Mesa nº 4 - O processo de descentralização da educação	33
- Plantas dos Edifícios onde decorre o Congresso	35
- Lista das comunicações ordenadas por ordem alfabética	231
- Mesas de comunicações e respectiva constituição	243
- Resumos das Comunicações	39
- Mesa 1 - Avaliação Educacional – Avaliação Curricular	41
- Mesa 2 - Avaliação Educacional – Avaliação Curricular	45
- Mesa 3 - Avaliação Educacional – Avaliação das Políticas Educativas	48
- Mesa 4 - Avaliação Educacional – Avaliação das Políticas Educativas	52
- Mesa 5 - Avaliação Educacional – Avaliação das Organizações Educativas	55
- Mesa 6 - Avaliação Educacional – Avaliação das Organizações Educativas	59
- Mesa 7 - Avaliação Educacional – Avaliação de Programas e Projectos	63
- Mesa 8 - Avaliação Educacional – Avaliação de Desempenho	67
- Mesa 9 - Avaliação Educacional – Avaliação de Desempenho	70
- Mesa 10 – Organização e Administração da Educação – Descentralização e Desconcentração	73
- Mesa 11 - Organização e Administração da Educação – Descentralização e Desconcentração	76
- Mesa 12 - Organização e Administração da Educação – Liderança e Dinâmica da Educação	80
- Mesa 13 - Organização e Administração da Educação – Liderança e Dinâmica da Educação	83
- Mesa 14 - Organização e Administração da Educação – Liderança e Dinâmica da Educação	87
- Mesa 15 - Organização e Administração da Educação – Liderança e Dinâmica da Educação	90
- Mesa 16 - Organização e Administração da Educação – Políticas Educativas Internacional, Nacionais e Locais	94
- Mesa 17 - Organização e Administração da Educação – Políticas Educativas Internacional, Naci-onais e Locais	97
- Mesa 18 - Organização e Administração da Educação – Regulação das Políticas Educativas	101
- Mesa 19 - Organização e Administração da Educação – Regulação das Políticas Educativas	104
- Mesa 20 - Organização e Administração da Educação – Regulação das Políticas Educativas	108

- Mesa 21 - Organização e Administração da Educação – Regulação das Políticas Educativas	112
- Mesa 22 - Educação de Adultos e Novas Oportunidades – Educação de Adultos	115
- Mesa 23 - Educação de Adultos e Novas Oportunidades – Educação de Adultos	118
- Mesa 24 - Educação de Adultos e Novas Oportunidades – Formação e Reconversão Profissional	122
- Mesa 25 - Educação de Adultos e Novas Oportunidades – Formação e Reconversão Profissional	125
- Mesa 26 - Educação de Adultos e Novas Oportunidades – Formação e Reconversão Profissional	128
- Mesa 27 - Educação Escolar e Não-escolar	132
- Mesa 28 - Educação Escolar e Não-escolar	135
- Mesa 29 - Educação Escolar e Não-escola	139
- Mesa 30 - Educação Escolar e Não-escolar	142
- Mesa 31 - Cidadania Igualdade e justiça em educação – Diversidade, Igualdade, Cidadania e Justiça	146
- Mesa 32 - Cidadania Igualdade e justiça em educação – Diversidade, Igualdade, Cidadania e Justiça	150
- Mesa 33 - Cidadania Igualdade e justiça em educação – Diversidade, Igualdade, Cidadania e Justiça	154
- Mesa 34 - Cidadania Igualdade e justiça em educação – Diversidade, Igualdade, Cidadania e Justiça	158
- Mesa 35 - Cidadania Igualdade e justiça em educação – Diversidade, Igualdade, Cidadania e Justiça	162
- Mesa 36 - Cidadania Igualdade e justiça em educação – Diversidade, Igualdade, Cidadania e Justiça	165
- Mesa 37 - Cidadania, Igualdade e Justiça em Educação – Educação, sociedade e Ambiente	169
- Mesa 38 - Cidadania, Igualdade e Justiça em Educação – Educação, sociedade e Ambiente	172
- Mesa 39 - Cidadania, Igualdade e Justiça em Educação – Género e Ética	175
- Mesa 40 - Cidadania, Igualdade e Justiça em Educação – Género e Ética	178
- Mesa 41 - Cidadania, Igualdade e Justiça em Educação – Orientação Educa-cional	181
- Mesa 42 - Conhecimento e Acção em Educação – Epistemologia da Educação	184
- Mesa 43 - Conhecimento e Acção em Educação – Epistemologia da Educação	187
- Mesa 44 - Conhecimento e Acção em Educação – Epistemologia da Educação	190
- Mesa 45 - Conhecimento e Acção em Educação – Pluralidade do Conhecimento em Educação	194
- Mesa 46 - Conhecimento e Acção em Educação – Pluralidade do Conhecimento em Educação	198
- Mesa 47 - Conhecimento e Acção em Educação – Informação, Comunicação e Educação	201
- Mesa 48 - Conhecimento e Acção em Educação – Expressões e Educação	204
- Mesa 49 - Formação de Professores – Formação de Professores	208
- Mesa 50 - Formação de Professores – Educação de Infância e Educação Básica	211
- Mesa 51 - Formação de Professores – Educação de Infância e Educação Básica	215
- Mesa 52 - Formação de Professores – Educação de Infância e Educação Básica	218
- Mesa 53 - Formação de Professores – Ensino Secundário	221
- Mesa 54 - Formação de Professores – Ensino Superior	224

Procuraremos, nesta comunicação, problematizar a situação *periférica* destes estabelecimentos de educação e ensino, tendo em conta a complexidade das regulações/tensões a que estão sujeitos, que condicionam as lógicas de acção e as dinâmicas que se produzem no seu interior, e que colocam no centro das atenções a figura do *coordenador de estabelecimento*.

138 - DOS FLUXOS ESCOLARES ESPERADOS AOS FLUXOS ESCOLARES REAIS A REGULAÇÃO LOCAL DA EDUCAÇÃO E SUAS LÓGICAS DE ACÇÃO

Francisco J. S. Nunes dos Santos

Mestrando em Ciências da Educação – Administração Educacional, FPCE-UL

Enquanto provedor do serviço público de educação, o Estado necessita de possuir instrumentos que lhe permitam regular os fluxos de alunos ao longo do respectivo percurso escolar. Em Portugal, a Carta Escolar tem constituído o instrumento privilegiado da administração central para fazer a gestão desses fluxos, numa óptica de regulação vertical de controlo. No entanto, os novos modos de regulação pós-burocráticos permitiram introduzir outras formas de gestão desses fluxos, dando resposta às necessidades e interesses dos actores locais, assumindo formas de regulação partilhada das políticas escolares em geral e dos fluxos escolares em particular, segundo um modelo que Barroso identifica como de multi-regulação.

Esta apresentação está organizada em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, desenho metodológico, apresentação e interpretação dos resultados da investigação e a síntese final com as respectivas conclusões.

Na **introdução** explicitaremos a temática, que se relaciona com regulação das políticas educativas. Identificaremos como questão de partida a possibilidade de o Ave Arco-Íris, através da recepção de alunos de outros agrupamentos no 5º ano de escolaridade, conseguir seleccionar os melhores na transição do 2º para o 3º ciclo?

Na **segunda parte** faremos uma revisão da literatura, prestando especial atenção aos novos modos de regulação pós-burocrática. No campo da sociologia das organizações, daremos atenção às dinâmicas da acção em contexto organizacional e às questões relacionadas com a nova gestão pública e a concorrência num contexto de quase-mercado educativo.

Na **terceira parte** trataremos as questões de ordem metodológica que orientaram a pesquisa, definindo o quadro teórico e os eixos de análise, a estratégia de investigação, a técnica de recolha e produção dos dados, bem como a respectiva técnica de análise e interpretação.

Na **quarta parte** apresentaremos os dados empíricos recolhidos e procederemos à sua análise, enquadrada pelas teorias da regulação das políticas públicas de educação.

Na **quinta parte** enunciaremos as conclusões do estudo, que apontam para a possibilidade de o Agrupamento Arco-Íris estar proceder à substituição dos alunos que são originários de escolas do agrupamento e que provêm de bairros de emigrantes, por alunos provenientes de um bairro de classe média, cujas famílias valorizam mais a escola e os saberes académicos.

Palavras-chave: regulação burocrática, multi-regulação, fluxos escolares, carta escolar, Estado-provedor, Estado-avaliador.

340 - CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO: PERCURSOS E SENTIDOS DA AUTONOMIA DAS ESCOLAS

João FORMOSINHO; António Sousa FERNANDES; Joaquim MACHADO:

formosinho@bragatel.pt; sousafernandes@bragatel.pt; machado@iec.uminho.pt,

Instituto de Educação da Universidade do Minho

Henrique FERREIRA: henrique.ferreira@ipb.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança e CIE Metaforma da Universidade do Minho

Dá-se conta, no presente artigo, do processo de construção da contratualização da autonomia entre os Poderes Político-Administrativo Central e Regional do Ministério da Educação e as 22 unidades de gestão escolar (escolas únicas e agrupamentos), ao abrigo da vigência do Decreto-Lei nº 115/A-98, processo que teve o seu momento contratante em 7 de Setembro de 2007, com a assinatura dos contratos de autonomia, e que foi acompanhado pelo Grupo de Trabalho do Projecto Autonomia e Desenvolvimento das Escolas.

Da construção deste processo constaram: 1) a definição do serviço público de educação e das suas áreas; 2) a definição do conceito de autonomia e sua operacionalização em domínios e níveis de desenvolvimento; 3) a negociação

entre as escolas/agrupamentos e as Direcções Regionais de Educação; 4) os domínios, conteúdos e competências contratualizados.

Conclui-se assinalando as expectativas das escolas/agrupamentos e as condições de possibilidade político-organizacional para o aprofundamento da autonomia.

267 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: QUE PAPEL EM FACE DOS RECENTES NORMATIVOS?

Maria do Rosário Prates

As recentes mudanças das políticas públicas de educação, que atribuem à administração local competências e responsabilidades novas, parecem ter esquecido o Conselho Municipal de Educação, órgão de coordenação e consulta, que tem como principal objectivo promover a nível municipal a coordenação da política educativa.

Esta comunicação baseia-se num estudo que incidiu sobre o Conselho Municipal de Educação, sua constituição e práticas, entendidas não só como práticas consultivas, mas incluindo também todas as actividades e iniciativas resultantes do exercício das suas competências legais, como sejam pareceres emitidos, decisões tomadas ou projectos propostos ou promovidos. Pretendeu-se, assim, contribuir para o conhecimento dos processos de construção das políticas educativas municipais.

Os objectivos da investigação organizaram-se em torno dos seguintes aspectos: (a) conhecer de que modo são seleccionados os diversos membros que configuram o Conselho Municipal de Educação e que critérios subjazem a essa selecção; (b) natureza das representações dos membros docentes relativamente ao exercício das suas competências e relevância que atribuem às suas funções; (c) divergência ou consonância entre as competências previstas e as exercidas; (d) articulação entre o Conselho Municipal de Educação e a Câmara na definição da política local de Educação; (e) natureza dos pareceres e das decisões do Conselho Municipal de Educação. Seguiu-se uma abordagem qualitativa uma vez que a investigação decorreu em ambiente natural e incidiu sobre uma situação concreta não passível de ser manipulada. Os dados foram recolhidos através da análise das actas das reuniões do referido órgão e das entrevistas aos participantes.

Os resultados deram evidência às seguintes conclusões: falta de poderes e de recursos do Conselho Municipal de Educação; órgão relevante; factores de constrangimento à sua acção; dominância da câmara municipal e subalternização do Conselho Municipal; alterações decorrentes das políticas recentes; perspectivas diferenciadas entre os participantes relativas ao seu papel de representação; críticas à representação de entidades da administração central. O estudo inclui ainda sugestões para investigação futura.

285 - ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA EDUCAÇÃO

Maria Nazaré João

Universidade do Minho, nazarejoao@gmail.com

Com esta comunicação pretendemos partilhar e reconstruir pareceres e saberes que emergem da análise que temos vindo a desenvolver no que respeita à crescente intervenção local no funcionamento do sistema educativo, focalizada no impacto das actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º ciclo (de forma a garantir uma escola a tempo inteiro), com a atribuição de competências às autarquias na sua organização em colaboração com a escola, devolvendo ao poder local alguma influência e maior intervenção. Trata-se de uma reflexão acerca do papel dos municípios na gestão do sistema educativo, numa lógica inspirada nas políticas de descentralização, participação e autonomia locais, apelando ao envolvimento e responsabilização da sociedade civil. Neste enquadramento, procuramos evidenciar a importância do município enquanto dinamizador das políticas educativas locais, recorrendo à sua cidade, potência educativa, em articulação com todos os agentes educativos locais e os cidadãos – jovens, famílias, professores, administradores, associações, estruturas produtivas, entre outros, em prol de uma cultura cidadã. Esta é uma reflexão que se integra na temática do Congresso, pois inscreve-se num quadro de Organização e Administração da Educação, um movimento que passa pela Descentralização e Desconcentração na atribuição de competências e transferência de atribuições ao poder local. Esta é uma temática que carece de reflexão e debate e que poderá abrir novos caminhos na investigação em educação.